

CONTRACEPTIVOS DE EMERGÊNCIA – AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE INFORMAÇÃO DE CLIENTES DE UMA FARMÁCIA EM FORTALEZA: O NÍVEL DE INFORMAÇÃO ACERCA DE CONTRACEPTIVOS DE EMERGÊNCIA

EMERGENCY CONTRACEPTIVES - EVALUATION OF INFORMATION LEVEL OF CLIENTS FROM A PHARMACY IN FORTALEZA: THE LEVEL OF INFORMATION ABOUT EMERGENCY CONTRACEPTIVES

Alander Jefferson

Maia Acácio

Farmacêutico. Egresso do Centro Universitário Fametro (UNIFAMETRO).

Emanuel de Paula

Magalhães

Acadêmico de Farmácia (UFC).

Tiago Lima Sampaio

Farmacêutico. Doutor em Farmacologia. Professor do do Centro Universitário Fametro (UNIFAMETRO).

RESUMO

Anticoncepcionais de emergência são medicamentos com altas concentrações hormonais cada vez mais utilizados por clientes de farmácias comunitárias devido à fácil aquisição, muitas vezes, utilizados sem supervisão profissional. Foi realizado um estudo quantitativo descritivo através de um questionário específico. Participaram 53 mulheres com idades entre 20 e 37 anos, observando-se uma carência de informação sobre os possíveis efeitos colaterais, eventos adversos e/ou problemas desencadeados pelo uso destes medicamentos, destacando aquelas que, mesmo sabendo que os AE não protegem contra as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), 21 (39,6%) relataram não gostar do uso do preservativo, 26 (49,1%) por esquecerem-se de tomar o contraceptivo e 6 (11,3%) por desinformação. As mulheres estão preocupadas em evitar a gravidez, mas não estão tomando as precauções para evitar uma possível contaminação por ISTs. É imprescindível a orientação de um profissional como o farmacêutico, sobre alternativas que previnam gravidez indesejada e ISTs.

Palavras-chave: Anticoncepcionais. Automedicação. Boas práticas de dispensação.

ABSTRACT

Emergency contraceptives are drugs with high hormone concentrations, being increasingly used by community pharmacy clients because of the easy acquisition and are often used without professional supervision. A descriptive quantitative study was carried out through a specific questionnaire. Data were analyzed in Microsoft Office Excel™ 2010. A total of 53 women aged 20 to 37 years participated in the study. There was a lack of information on the possible side effects, adverse events and/or problems triggered by the use of these drugs. (STIs), 21 (39.6%) reported not liking condom use, 26 (49.1%) because they forgot to take the traditional contraceptive and 6 (11.3%) misinformation. The study demonstrated that women are concerned about avoiding unwanted pregnancies but are not taking the necessary precautions to avoid possible STI contamination. Therefore, it is imperative that a health professional, such as the pharmacist, advise on safer alternatives to prevent unwanted pregnancies and STIs.

Keywords: Contraceptives. Self-medication. Good dispensing practices.

1 INTRODUÇÃO

Nas farmácias comunitárias brasileiras, é clara a percepção da automedicação e indicação terapêutica dos Anticoncepcionais de Emergência (AE). De acordo com dados do IMS (*Information Management System*), do laboratório farmacêutico Aché, de 2013, cerca de 250.000 doses de AE foram vendidos no Brasil no ano de 1999, tendo esse número avançado para mais de 10.742.534 no ano de 2013, não considerando as doses cedidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (FIGUEIREDO; BORGES; BASTOS, 2016).

Os contraceptivos de emergência consistem de um único composto hormonal em altas concentrações que são administradas em um curto espaço de tempo após a relação sexual com a finalidade de evitar uma gravidez, pois impedem não só a ovulação, bem como a fecundação do óvulo pelo espermatozoide. Podendo ser utilizados em casos especiais, como em vítimas de estupro, ou na prevenção de falhas de outros métodos contraceptivos utilizados na rotina (BRANDÃO *et al.*, 2016).

A concentração dos hormônios contidos em uma dose unitária de contraceptivos de emergência pode ser dez vezes maior do que a dos contraceptivos comerciais, portanto o uso abusivo e irracional deles confere um grande risco à saúde da mulher, devido aos danos que este pode causar ao organismo feminino, não só por seus efeitos colaterais, como náuseas, aumento da sensibilidade mamária, fadiga, dor de cabeça, tonturas e dores na região abaixo do ventre, bem como reações adversas: aumento do risco de eventos tromboembólicos, hemorragia vaginal, diminuição da força física, entre outros (BRAGA, 2016).

Uma maneira mais conhecida de contracepção de emergência é a pílula do dia seguinte, cuja eficácia depende do tempo após a relação sexual que a mesma é utilizada. Quanto mais cedo for utilizada após a relação desprotegida, maior será a eficácia da mesma, bem como reduzido será o risco de uma gravidez indesejada. O fácil acesso a uma série de hormônios nas Farmácias Comunitárias, associa-

do ao uso irracional e ao desconhecimento dos problemas, aumentam bastante os riscos ao organismo feminino. Desta forma, é imprescindível aumentar o nível de conhecimento da população acerca dos contraceptivos de emergência (FONTELES *et al.*, 2016).

Nas farmácias comunitárias brasileiras, a automedicação e a indicação terapêutica são práticas bastante comuns. Nesse contexto, os contraceptivos de emergência são medicamentos comumente utilizados após uma relação sexual desprotegida ou no caso de outros métodos anticoncepcionais falharem, sendo, muitas vezes, utilizados sem qualquer orientação adequada de um profissional habilitado (BRANDÃO *et al.*, 2016).

Diante do crescimento das vendas de contraceptivos, mostrado por Figueiredo (2016), esta pesquisa busca conhecer o nível de informação quanto à correta utilização destes medicamentos, se há frequente automedicação e quais os motivos que levam a mulher a utilizá-lo.

Com base nestes questionamentos, este trabalho buscou, dentro de uma Farmácia Comunitária no município de Fortaleza, estado do Ceará, avaliar o nível informação das clientes que compram contraceptivo de emergência, visto que a utilização indiscriminada dos contraceptivos de emergência, prática esta que pode levar à falha na administração e prevenção da concepção, muitas vezes, decorre da falta de informação dessas clientes, pelo acesso facilitado e pela fácil administração destes medicamentos. Desse modo, partindo do pressuposto de que o uso abusivo, não só de qualquer medicamento, bem como dos AE, este trabalho torna-se importante, assim como maiores informações acerca do uso dos AE para evitar a automedicação.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo quantitativo e descritivo realizado no período de março a maio de 2018 em uma Farmácia Comunitária, localizada no município de Fortaleza, em que a população é composta por clientes da mesma.

A amostragem foi constituída por 53 mulheres que compraram o contraceptivo de emergência (AE). A abordagem adotada foi realizada dentro dos padrões éticos pré-determinados e sob assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme o Apêndice I, possuindo o entrevistado o livre arbítrio de participar ou não da pesquisa.

O instrumento de coleta utilizado foi um questionário padronizado e anônimo, conforme o Apêndice II, composto por 15 questões, sendo abordadas questões sociodemográficas (idade, estado civil e escolaridade) e outras acerca do conhecimento e uso de AE.

O critério de inclusão utilizado foi o de mulheres que fazem ou já fizeram uso do AE, sendo excluídas aquelas que nunca o fizeram ou que se opuseram a responder ao questionário.

Os dados foram tabulados e analisados no software Microsoft Office Excel™ 2010, e os resultados apresentados em gráficos e tabelas.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética do Centro Universitário Fametro (UNIFAMETRO), conforme Resolução N°466/12 do Conselho Nacional de Saúde, sob número do CAAE 88646418.2.0000.5618.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O uso indiscriminado dos contraceptivos de emergência torna-se cada vez mais perceptível nas farmácias comunitárias, sobretudo naquelas localizadas na periferia. A venda não criteriosa do medicamento mostra uma mudança no pensamento do público quanto ao modo de se evitar a gravidez. Teoricamente, o contraceptivo deveria ser utilizado em casos emergenciais, como no caso do estupro, no rompimento do preservativo ou na falha de outras metodologias contraceptivas. No entanto, tornou-se uma “solução” para as relações sexuais, especialmente as sem proteção (BRANDÃO *et al.*, 2017).

No momento da entrevista, alguns fatores contribuíram para que algumas pessoas não colaborassem com o estudo: pressa para algum compromisso, vergonha de “se expor”,

clientes do sexo masculino, ou que não entravam nos requisitos para responder o questionário. Foi vista uma grande procura por AE na farmácia, logo é muito importante a realização desse tipo de estudo relacionando os contraceptivos de emergência, haja vista a quantidade de mulheres que utilizam este método sem saberem a forma correta de utilizá-los e os riscos que podem trazer ao seu corpo.

Nesse contexto, buscando-se entender o perfil das clientes que faziam uso de AE, dentre as 53 entrevistadas, todas afirmaram já conhecerem alguém que já utilizou ou já terem sido orientadas quanto à utilização do AE previamente, conforme a Tabela 1. Das entrevistadas, 41 (77,3%) apresentaram faixa etária entre 20 e 30 anos de idade; e do total, 47 (88,6%) já concluíram o ensino médio; 11 (20,7%) eram solteiras, 26 (49,0%) eram casadas e 16 (30,2%) estavam em uma relação estável. Esses dados corroboram com o estudo de Fonteles *et al.* (2016), em que a maioria das entrevistadas que utilizavam os contraceptivos estavam na faixa de 20 a 28 anos, ou seja, jovens e adultos, mostrando que a preocupação em não engravidar está acima da busca por estratégias menos prejudiciais ao corpo.

Tabela 1- Distribuição das características sociodemográficas de usuárias do AE de uma farmácia de Fortaleza em março de 2018.

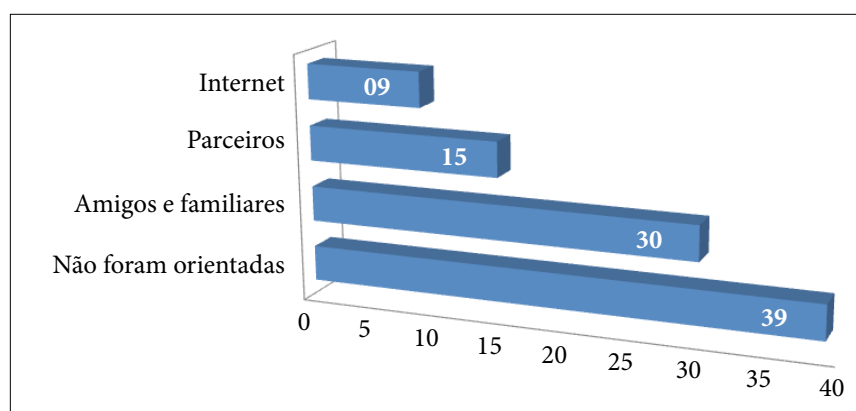
Variáveis	N°	%
Estado civil		
Casadas	26	49,0
Relacionamento estável	16	30,2
Solteiras	11	20,8
Σ total	53	100
Grau de instrução		
Ensino médio	47	86,7
Superior	6	11,3
Σ total	53	100
Idade		
(20-24)	21	39,6
(25-28)	17	32,1
(29-32)	9	17,0
(33-37)	6	11,3
Σ total	53	100

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Quando questionadas sobre como ficaram sabendo dessa pílula, a falta de informação por parte das usuárias é um dos maiores problemas relacionados à utilização do AE, pois por serem acessíveis devido ao seu baixo custo e disponibilidade no mercado, o cliente pode comprar facilmente o produto sem a devida orientação. Isso é confirmado por 39 (73,6%) das entrevistadas, pois estas responderam não terem sido orientadas sobre a correta utilização, 30 (56,6%) tomaram conhecimento com amigos e familiares, 15 (28,3%) tiveram indicação dos parceiros e 9 (16,9%) pela inter-

net, sendo os dados apresentados conforme o Gráfico 1. Assim como estudos anteriores, há uma grande quantidade de mulheres que fazem uso de AE por indicação de amigos, parente ou pela internet, pois, na mesma linha de argumentação, é possível dizer que as usuárias do AE sentem-se mais à vontade com os amigos e familiares por conta da intimidade e confiança muito maior que os mesmos têm em relação a pedir uma orientação de um profissional de saúde (CHAVES *et al.*, 2017; LOPES; DA MATA, 2017).

Gráfico 1 – Distribuição de usuárias do AE de uma farmácia de bairro, relacionado aos meios que adquiriram conhecimento do contraceptivo e se foram orientadas corretamente.

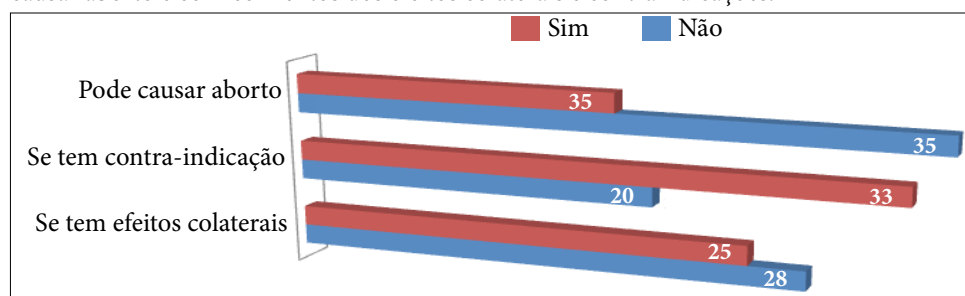


Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Mesmo com o uso dos contraceptivos de emergência, existe a possibilidade de engravidar, podendo ocorrer pela utilização tardia, aumentando a falha do método. Além disso, as consequências à saúde ao submeter o corpo a uma alta quantidade de hormônios de uma única vez pode provocar, não só a perda do controle fisiológico do ciclo menstrual, bem como causar ou não aborto. De acordo com os

dados do Gráfico 2, 18 (33,9%) das entrevistadas dizem que a pílula pode causar aborto, 28 (52,8%) não sabiam dos efeitos colaterais e 20 (37,7%) não sabiam que os AE tinham contra-indicação. Esses efeitos colaterais, apesar de acometerem apenas algumas mulheres, são bastante comuns, mas a falta de conhecimento ou informação por parte das usuárias foi encontrada em outros estudos (BRAGA, 2016).

Gráfico 2- Distribuição de usuárias do AE de uma farmácia de bairro, relacionado se pode causar aborto e conhecimentos dos efeitos colaterais e contra-indicações.

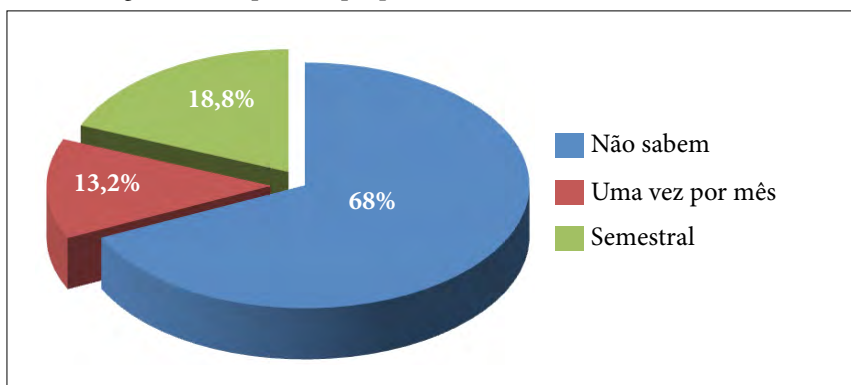


Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Os efeitos colaterais podem ainda advir de interações medicamentosas entre o AE e outros medicamentos que a mesma pode estar fazendo uso, acarretando, assim, uma alteração na eficácia dos contraceptivos e sua ação terapêutica, comprometendo, assim, o seu uso na prevenção da gravidez (OLIVEIRA; SOARES; BENASSI JUNIOR, 2009).

Quando as mulheres foram questionadas sobre a frequência em que se pode utilizar a “pílula do dia seguinte”, foi encontrada uma grande falta de orientação, pois 36 (68,0%) não sabiam da frequência, 7 (13,2%) confirmaram que pode ser utilizada 1 vez por mês, e apenas 10 (18,8%) sabiam a posologia correta. Esses dados podem ser visualizados no Gráfico 3.

Gráfico 3- Distribuição das usuárias do AE de uma farmácia de bairro em Março de 2018, segundo a frequência que pode ser utilizado.

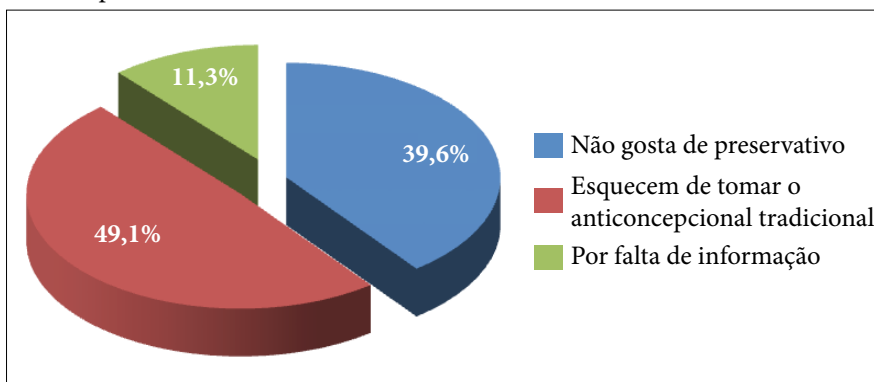


Fonte: Dados da pesquisa (2018)

No questionamento sobre as ISTs, todas as 53 (100,0%) entrevistadas sabem que os AE não protegem contra essas infecções. No gráfico 4 estão demonstrados os dados sobre os principais motivos que levam a utilização dos AE pelas clientes, em que 21 (39,6%) relatam não gostar do preservativo, 26 (49,1%) por esquecerem de tomar o anticoncepcional tradicional e 6 (11,3%) por falta de informação. As ISTs podem ser adquiridas através de relações sexuais, sendo o preservativo o principal método contraceptivo que é recomendado, redu-

zindo o risco de infecção, além de ser um dos métodos mais eficazes na prevenção de gravidez. Torna-se preocupante nesta pesquisa que, mesmo sabendo que o AE não protege contra ISTs, a maioria das entrevistadas não gostam de utilizar o preservativo ou por esquecerem de utilizar o seu contraceptivo tradicional, sendo o que chama mais atenção é que o uso de contraceptivos orais está muito mais vinculado a prevenção da gravidez do que a preocupação em prevenir as ISTs (FERREIRA *et al.*, 2007).

Gráfico 4- Distribuição das usuárias do AE de uma farmácia de bairro em março de 2018, segundo os principais motivos que levam as mulheres a utilizarem esse contraceptivo.



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Quando as usuárias foram indagadas sobre a continuidade ou não do uso do anticoncepcional normal após o uso do AE, 23 (43,4%) afirmaram que poderiam continuar usando-o normalmente e 30 (56,6%) responderam que não podiam. Isso demonstra que uma expressiva parte da população desconhece sobre o uso correto do AE, quer seja devido a falta de orientação no momento da compra na farmácia ou porque a mesma foi orientada por terceiros sem qualificação para dar essa instrução (PAIVA; BRANDÃO, 2012).

As farmácias que têm no mercado *status* de “serviço de saúde” nem sempre têm de forma clara, pois, em muitos casos, o estabelecimento determina a ocupação do farmacêutico e quais as atividades que devem ser desenvolvidas, retirando parte da autonomia do mesmo em relação à orientação farmacêutica (AZIZE, 2017).

No Brasil, o fácil acesso às farmácias comunitárias facilita a comunidade com relação à utilização dos medicamentos, sendo o farmacêutico o profissional da saúde com posição privilegiada referente à orientação dos usuários de medicamentos, possuindo grande responsabilidade na abordagem adequada no momento da dispensação e no processo de atenção farmacêutica, pois o mesmo tem grande valor na prevenção e resolução dos Problemas Relacionados a Medicamentos (PRMs), pois, no contexto da farmácia comunitária, o mesmo é o responsável por educar os balconistas e orientar os clientes no momento da entrega do produto de saúde, devendo sempre prezar pelas melhores e corretas condições de tratamento para o paciente (ANGONESI; RENNÓ, 2011).

Dessa forma, os resultados indicam que há uma grande falta de informação, por parte das usuárias a respeito do uso correto do AE e seus efeitos no organismo. Isso indica a falta da presença do farmacêutico junto na orientação e educação da população sobre os métodos contraceptivos em geral, no caso o de emergência.

5 CONCLUSÃO

De acordo com os dados obtidos na pesquisa, pôde-se observar que a maioria das usu-

árias de AE têm pouco conhecimento acerca dos eventuais efeitos do uso dos contraceptivos de emergência e como deve ser feito seu uso de modo correto para prevenção da gravidez indesejada. Somado a isso, existe um dado preocupante de que, mesmo sabendo que o AE não previne das ISTs, as mulheres estão mais preocupadas em evitar a gravidez indesejada e não estão tomando as devidas precauções ou buscando outros métodos contraceptivos que as evitem.

Dessa forma, as necessidades de informação sobre a contracepção de emergência não estão sendo atendidas e é de fundamental importância a orientação sobre outros métodos de prevenção mais seguros e educação da população a procurar um profissional de saúde, destacando o papel do farmacêutico e suas habilidades, contribuindo para o nível de informação das mulheres que fazem uso deste medicamento.

REFERÊNCIAS

- ANGONESI, D.; RENNÓ, M. U. P. dispensação farmacêutica: proposta de um modelo para prática. **Temas livres free themes**, v. 16, n. 9, p. 3883–3891, 2011.
- AZIZE, R. Contracepções diversas: uma leitura crítica do dossiê “Contracepção de emergência no Brasil: desafios para a assistência farmacêutica”. **Saúde e Sociedade**, v. 26, p. 1136–1142, 2017.
- BRAGA, A. P. C. **Efeitos do uso da contracepção de emergência**: revisão de literatura. [s.l.]: [s.d.].
- BRANDÃO, E. R. *et al.* Bomba hormonal: os riscos da contracepção de emergência na perspectiva dos balconistas de farmácias no rio de Janeiro. **Caderno Saúde pública**, v. 32, n. 9, 2016.
- _____. *et al.* Os perigos subsumidos na contracepção de emergência: moralidade e saberes em jogo. **Horiz. antropol.**, v. 13, n. 47, p. 131–161, 2017.
- CHAVES, A. C. T. A. *et al.* Perfil de automedicação entre estudantes de enfermagem. **Saúde.com**, [online], v. 13, n. 4, p. 1016–1021, 2017.
- FERREIRA, M. *et al.* Saber e prática contraceptiva e prevenção de DST/HIV/AIDS em universitários da área da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 60, n. 4, p. 434–438, 2007.
- FIGUEIREDO, R.; BORGES, A. L. V.; BASTOS, S. H. **Panorama da distribuição gratuita, venda e uso da contracepção de emergência no Brasil**. [S.l.]: 2016.

FONTELES, M. M. D. *et al.* Perfil de utilização de anticoncepcional de emergência em serviços de atendimento farmacêutico de uma rede de farmácias comunitárias. **Revista Eletrônica de Farmácia**, v. 13, n. 3, p. 131–139, 2016.

LOPES, A. D. M.; DA MATA, L. C. C. Automedicação entre graduandos das áreas de saúde e exatas da faculdade ciências da vida na cidade de sete lagoas/MG. **Revista Brasileira de Ciências da Vida**, v. 5, n. 1, p. 1–18, 2017.

OLIVEIRA, D.; SOARES, V.; BENASSI JUNIOR, M. O consumo de bebidas alcoólicas entre estudantes universitárias e o conhecimento dos riscos entre seu uso combinado com contraceptivos orais. **Rev Inst Ciênc Saúde**, v. 27, n. 4, p. 366–373, 2009.

PAIVA, S.; BRANDÃO, E. Contracepção de emergência no contexto das farmácias: revisão crítica de literatura. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 22, n. 1, p. 17–34, 2012.